

Juventude, Biopolítica e Capital Social

Marcos Vinicius da Silva Goulart

Filósofo, mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Email: mgoulart@riseup.net

Nair Iracema Silveira dos Santos

Psicóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Email: niss@terra.com.br

O presente estudo visa refletir acerca de uma mudança na concepção de juventude operada no Brasil nas últimas duas décadas. A juventude, que antes era vista como um “público” que deveria ser protegido, passa a ser pensada como um importante ator político estratégico para o desenvolvimento do país. Sob um referencial genealógico, pretende-se pensar em que sujeito jovem é esse do qual o imperativo político das políticas públicas diz: “seja maior, seja protagonista”. Essa concepção orienta os jovens não somente para uma maior responsabilidade perante a sociedade, mas para uma espécie de esclarecimento moral e político. Ou seja, os jovens se tornam “maiores” na medida em que participam ativamente da vida comunitária: em defesa da ordem, em defesa da sociedade.

O curso “Em defesa da Sociedade” ministrado por Michel Foucault em 1976 no *Collège de France* pode ser considerado o momento fundamental de sua orientação para a pesquisa daquilo que ele chamou de biopolítica, isto é, a preocupação, por parte do Estado, com a vida em geral, a vida do ser enquanto vivente. Essa nova lógica política é “uma tomada do poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico (...)” (FOUCAULT, 1999, p.286). Contudo, essa definição, nesse curso, ainda não está clara, o próprio Foucault (2008) reconhece isso. A definição aparecerá melhor elaborada no curso seguinte, onde biopoder é concebido como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008, p.3).

Essa nova lógica de poder estaria orientada para o corpo social como um corpo biológico, isto é, defender a sociedade seria não deixar com que essa sociedade adoecesse. Se levamos em conta as políticas eugênicas da primeira metade do século XX, o nazismo, por exemplo, temos a massa como um “corpo”, que deve ser cultivado em termos naturais, nesse sentido, a medicina ganha um poder estetizante: melhorar a imagem de uma sociedade é cuidar para que ela não adoça como um todo. Todavia, é preciso ter em conta que o que emerge com essa lógica do biopoder é um governo sobre a população, que passa a ser um campo com características próprias: mortalidade, taxas de desemprego, doentes, etc; um imbricamento entre política e vida natural, uma politização da vida. O governo visa à gestão da população para que ela dure no tempo, não pereça, viva, eis a lógica do governo com o advento do biopoder.

Embora o presente texto tenha iniciado com uma breve definição de biopolítica para Foucault, a nossa ideia é tentar pensar de que forma esse conceito pode instrumentalizar algumas reflexões sobre a temática das políticas públicas de juventude. Primeiramente, é preciso explicar que a nossa pesquisa é voltada para o aparecimento daquilo que passou a se chamar de Protagonismo Juvenil, conceito explicitado no final

da década de 80, que visa orientar-se para o que as Agências de Cooperação Internacional (Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Unesco, etc) chamaram de *empowerment* (empoderamento) (IULIANELLI, 2003). Segundo PEREIRA (2009):

O empoderamento possibilita tanto a aquisição da emancipação individual, quanto à consciência coletiva necessária para a superação da 'dependência social e dominação política'. Enfim, superação da condição de desempoderamento das populações pobres (...).

Sendo assim, no caso da juventude, se reconhece um problema de antemão, pois se é preciso empoderar os jovens, então se parte do princípio que eles não têm poder de decisão sobre o enfrentamento dos seus próprios problemas. O empoderamento, portanto, significa: por um lado, movimento de emancipação, e, por outro, reconhecimento de uma injustiça social.

Ora, se tomarmos o Plano Nacional de Juventude¹, documento que pretende pautar todas as políticas públicas voltadas à juventude, como analisador, perceberemos que todos os itens pautados dizem respeito à vida do ser humano naquilo que ela tem de essencial enquanto vida natural; por exemplo, em um dos itens, intitulado “Bem-estar Juvenil”, que tem como subitem “Promover a saúde integral do jovem”, é abordada a alta taxa de mortalidade entre eles, além de doenças sexualmente transmissíveis e o alto uso de drogas (CONGRESSO NACIONAL, 2009, p.15). Nesse caso, a preocupação é com um grupo social que está fazendo com que todo o corpo da população seja afetado em sua vida. É necessário, portanto, que o governo trabalhe no sentido de solucionar esse problema objetivamente, em termos de ação que vise o bem-estar da população, o que significa uma vida melhor distante cada vez mais da morte. O que é interessante é que não existe uma preocupação direta com o jovem em si, mas com as taxas e índices estatísticos explicitados dentro de uma sociedade: o jovem que morre, que adocece, que rouba, só passa a ser um problema quando posto em relação a um índice demográfico, quando subsumido em uma medição em termos globais. Podemos pensar naquilo que é dito por Foucault:

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 1999, p.293).

Quando se fala em empoderamento, em justiça social, não se está preocupado com o jovem em sua singularidade, naquilo que ele é enquanto indivíduo, mas naquilo que ele representa para o Estado, naquilo que ele influencia em um todo. O empoderamento só pode ser visto em termos de processo social e não em termos de emancipação individual. Além disso, é sempre do lado de quem está ou esteve excluído; portanto, o empoderamento é certo remédio para a doença da exclusão social.

A preocupação com a vida dos jovens, como vimos, é uma preocupação com a vida da população. O empoderamento, sendo uma estratégia de inclusão social por parte do Estado, é uma espécie de esclarecimento, certa saída dos jovens de sua minoridade política, pois nesse processo eles estariam tomando para si espaços de decisão sobre as

1 Projeto de Lei nº 4.530 aprovado pela Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude do Congresso Nacional em 2004, ainda em tramitação em outras instâncias.

suas próprias vidas – reconhecendo-se como participantes importantes da sociedade. É nesse sentido que entra em cena aquilo que é chamado de Protagonismo Juvenil, ou seja, toda ação política que tem os jovens como atores principais.

O Plano Nacional de Juventude define que:

Ser reconhecido como ator social estratégico implica a integração social, a participação, a capacitação e a transferência de poder para os jovens como indivíduos e para as organizações juvenis, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar. Significa passar das tradicionais políticas destinadas à juventude, isto é, políticas concebidas pelos governos direcionadas ao jovem, para as políticas concebidas e elaboradas com a participação direta ou indireta dos jovens, por meio de estruturas jurídicas reconhecidas pelo Poder Público, como conselhos e coordenadorias da juventude (CONGRESSO NACIONAL, 2009, p. 26).

Percebemos que o protagonismo juvenil correlaciona-se diretamente com o empoderamento, e que ambos têm como finalidade o esclarecimento da juventude, como diz Foucault (2005, p.338): “(...) a *Aufklärung* [esclarecimento] é ao mesmo tempo um processo do qual os homens fazem parte coletivamente e um ato de coragem a realizar pessoalmente”. Essa sentença de Foucault demonstra o quanto o protagonismo e o empoderamento estão articulados em vistas de uma maioria política. A *Aufklärung* que o filósofo menciona, pode ser ilustrada com esses conceitos fundamentais das políticas públicas de juventude, pois, sendo protagonista, o jovem age a partir de si (autonomia) e, além disso, estando empoderado, participa simbolicamente de um processo de “libertação”: sai da situação de minoridade (proteção) e ingressa na maioria política.

Para entender o que é esclarecimento, é preciso entender a sua definição. Segundo Kant (2009), ele é a saída do homem da minoridade da razão na qual ele é o próprio culpado, tendo como lema “ouse conhecer” - tenha coragem para ser maior. Ora, a minoridade da razão, dessa forma, só pode ser caracterizada pela tutela aceita pela própria vontade de uma pessoa, ou seja, ela aceita uma autoridade. Quando Kant pensava sobre o esclarecimento, sobre a saída da minoridade da razão, ele não estava propondo uma política pública, ou a gestão do Estado sobre as liberdades. O filósofo alemão estava pensando sobre um processo que estava em curso e, devido a isso, é considerado por Foucault (2005), como o primeiro filósofo a fazer aquilo que ele chamou de uma ontologia do presente. No caso do texto de Kant, há uma reflexão sobre o uso privado e o uso público da razão; contudo, o que nos interessa é o uso privado da razão, que Foucault explica da seguinte forma:

O homem (...) faz um uso privado de sua razão quando ele é ‘uma peça de uma máquina’; ou seja, quando ele tem um papel a desempenhar na sociedade e funções a exercer: ser soldado, ter impostos a pagar, dirigir uma paróquia, ser funcionário de um governo, tudo isso faz do ser humano um segmento particular na sociedade; por aí, ele se encontra colocado em uma posição definida, em que ele deve aplicar regras e perseguir fins particulares. Kant não pede que se pratique uma obediência cega e tola; mas que se faça uso da razão adaptado a essas circunstâncias determinadas; e a razão deve submeter-se então a esses fins particulares. Não pode haver, portanto, aí, uso livre da razão. (FOUCAULT, 2005, p. 339).

Embora o uso público da razão, segundo Kant (2009), seja importante, pois diz respeito à liberdade do pensamento, o que interessa para a nossa reflexão é a ideia de uso privado, quando se é parte de uma máquina, no nosso caso, de uma sociedade. A

maioridade da razão, na perspectiva kantiana, tendo em vista o empoderamento, é saber-se parte de uma sociedade, é justamente reivindicar-se sendo parte da sociedade; portanto, o empoderamento é uma defesa da sociedade. O protagonismo juvenil, estando diretamente relacionado com o empoderamento, é uma boa ilustração da definição kantiana apresentada por Foucault: o protagonista, como em toda peça de teatro ou filme, tem um papel a desempenhar, o papel de ser ator de uma “transformação social”.

Pensar a juventude como um importante capital social, como um ator estratégico, é pensar em um grupo que trabalhe em prol da solidariedade, do desenvolvimento político do país, da ação comunitária, etc. Desse modo, a juventude passaria a ocupar um papel de extrema valia para o Estado, visto essa trabalhar para a melhoria das condições sociais, indiretamente, a juventude passa a ser um agente do Estado. Por outro lado, o Estado, com as suas campanhas que visam a inclusão dos jovens, não deixaria de trabalhar nos processos de subjetivação juvenis, pois o jovem empreendedor, político, maduro e voluntário, representa uma concepção de juventude que opera diretamente na lógica das políticas públicas de juventude. Ao mesmo tempo, essa mesma ideia de jovem é aceita com muito consenso em todos os movimentos políticos juvenis independentes.

A luta por inclusão social por parte da juventude excluída é justamente uma defesa da sociedade, não no sentido de deixar a sociedade enquanto está, mas defender no sentido de haver ordem, para que ela permaneça viva. A aspiração por transformação social é essencialmente o reconhecimento de que a sociedade e a ordem perecerão caso a sociedade fique como está. O empoderamento e o protagonismo juvenil ilustram bem o movimento da *aufklärung*, a saída da menoridade da razão. Nesse sentido, o que o Estado pede é que a maioria seja conquistada por parte dos jovens para que, se tornando maiores, eles passem a participar da sociedade. Entretanto, esse melhor funcionamento, como sabemos, seria a saída da criminalidade, do vício das drogas, do desemprego, da evasão escolar, etc. Os jovens estariam caminhando para a saída dos índices estatísticos negativos. O que a lógica das políticas públicas de juventude diz, portanto, é: “sejam maiores, desde que essa maioria implique em uma defesa da sociedade”, uma institucionalização da liberdade política da juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONGRESSO NACIONAL. **Plano nacional de juventude** – Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/juventude/projetolei.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O que são as luzes? In: **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento** – Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Segurança, Território, População**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: Construindo processos – O Protagonismo Juvenil. In: **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

KANT, Immanuel. Reposta à pergunta: Que é o “Esclarecimento”? In: **Textos seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. **O que é empoderamento (Empowerment)**. Disponível em <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>> . Acesso em: 25 de maio 2009.